

Copom surpreende e eleva Selic a 2,75% na primeira alta em 6 anos



A escalada persistente dos preços, observada nos últimos meses, levou o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central a elevar a taxa básica de juros (Selic) em 0,75 ponto percentual, a 2,75% ao ano, nesta quarta-feira (17).

Esta é a primeira elevação desde junho de 2015, quando a autoridade monetária decidiu subir os juros em 0,5 ponto, a 14,25% ao ano.

A decisão está acima das expectativas do mercado. A maior parte dos economistas consultados pela Bloomberg esperavam elevação de 0,5 ponto, mas alguns apostavam em uma alta mais gradual, de 0,25.

A Selic estava em seu menor patamar desde agosto

do ano passado, a 2% ao ano, como resposta à crise gerada pela pandemia de Covid-19.

O controle da inflação é a principal atribuição da autoridade monetária. Para isso, o BC define a meta da taxa básica de juros.

Quando a inflação está alta, o Copom sobe os juros com o objetivo de reduzir o estímulo na atividade econômica, o que diminui o consumo e equilibra os preços. Caso contrário, o BC pode reduzir juros para estimular a economia.

Em suas últimas comunicações oficiais, o BC reiterou que a inflação era temporária. Entretanto, na decisão passada, em fevereiro, o Copom já admitiu que se prolongou além do esperado e abandonou o compromisso de não

subir juros, chamado de “forward guidance”.

Atualmente, o país convive com o agravamento da pandemia -com aumento no número de casos e mortes pela doença e novas medidas de isolamento- que deve impactar a atividade econômica. Ao mesmo tempo, o brasileiro vê seu poder de compra ser corroído pela inflação.

Segundo o relatório Focus desta semana, no qual o BC divulga as projeções do mercado, os economistas subiram mais as expectativas de inflação para 2021, que ficaram em 4,60%. A previsão está acima do centro da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, de 3,75%, com tolerância 1,5 ponto percentual. Há um mês, a estimativa era de 3,62%. Folhapress

Economia



Máquinas, computadores e celulares têm tarifas reduzidas em 10%

Página - 03

Ministério da Economia eleva projeções para a inflação em 2021

Página - 03

Política



Deputados derrubam nove vetos a nove projetos de lei

Página - 04

Indústria



Para 9 em cada 10 brasileiros, indústria forte deve ser prioridade

Página - 05

Bitcoin

IR 2021: saiba como declarar bitcoin e outras criptomoedas

Página - 06

No Mundo

Em recado para Amazon e big techs, Biden defende sindicalização e maior regulação



No fim de fevereiro, Joe Biden tomou uma atitude considerada em Washington sem precedentes para um presidente americano: foi a público defender o direito dos trabalhadores de formar sindicatos e criticou qualquer tentativa de intimidação por parte dos empregadores para impedir essas iniciativas.

“Trabalhadores no Alabama -e em toda a América- estão votando sobre a possibilidade de organizar um sindicato. É uma escolha de vital importância -que deve ser tomada sem intimidação ou ameaças por parte dos empregadores”, escreveu o democra-

ta em sua conta no Twitter. Biden não citava diretamente nenhuma empresa, mas o recado tinha destinatário certo: o comando da Amazon, que tenta impedir que seus funcionários no estado do Alabama se filiem a um sindicato pela primeira vez na história da companhia de comércio eletrônico.

A declaração de Biden se somou às suas recentes indicações para cargos-chave na Casa Branca e em agências que regulamentam a indústria de tecnologia, sinalizando que o presidente dos EUA deve perseguir uma agenda regulatória mais agressiva quando o assunto for Amazon, Google, Facebook e Apple.

Os movimentos ganham corpo no momento em que está cada vez mais latente, nos EUA e no mundo, o debate sobre a regulação das chamadas big techs, além da proteção de dados, a possível moderação de conteúdo e medidas contra a desinformação.

Ainda não está claro quais serão as medidas concretas de Biden nessa seara, mas suas escolhas para postos no Departamento de Justiça, na Comissão Federal de Comércio e na Comissão Federal de Comunicações, que supervisionam e regulam as empresas de tecnologia, dão pistas sobre sua pontaria.

Marina Dias/Folhapress

União Europeia propõe certificado digital para facilitar viagem no bloco



Um certificado único com dados sobre vacinação, testes de Covid-19 ou a informação de que a pessoa pegou o coronavírus e se recuperou é a proposta da União Europeia para facilitar a circulação de pessoas dentro da zona Schengen (que inclui também Noruega, Islândia, Suíça e Liechtenstein).

O documento será emitido pelos países da zona de circulação, para cidadãos europeus (independentemente da nacionalidade), para residentes e para passageiros com permissão de viagem para um dos membros do bloco.

OMS recomenda que países continuem aplicando vacina anti-Covid de Oxford

A OMS (Organização Mundial da Saúde) recomendou que os países continuem aplicando o imunizante de Oxford/AstraZeneca. “No momento, a OMS considera que os benefícios da vacina AstraZeneca superam seus riscos e recomenda que a vacinação continue”, afirmou comunicado divulgado nesta quarta (17).

Segundo a OMS, “a vacinação contra Covid-19 não reduzirá doenças ou mortes por outras causas”. Nos últimos dias, cerca de 20 países europeus paralisaram a aplicação da vacina da AstraZeneca após relatos de acidentes vasculares em pessoas imunizadas.

De acordo com o comunicado da entidade, porém,

“eventos tromboembólicos são conhecidos por ocorrerem com frequência. O tromboembolismo venoso é a terceira doença cardiovascular mais comum em todo o mundo”.

A OMS afirma que, em campanhas de vacinação em massa, é rotina relatar eventos que ocorram após a imunização: “Isso não significa necessariamente que os eventos estejam relacionados à vacinação em si, mas é uma boa prática investigá-los”.

Assim como ocorre na agência regulatória europeia (EMA), o conselho sobre segurança de vacinas da OMS está revisando os dados mais recentes sobre a vacina AstraZeneca para investigar se há relação direta entre o imunizante e os efeitos relatados.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress



A entrada de pessoas de fora da União Europeia ou do espaço Schengen continuará obedecendo às regras atuais, que desaconselha viagens não essenciais e limita a apenas sete os países de sua “lista branca”: Austrália, Nova Zelândia, Singapura, Coreia do Sul, Tailândia, Ruanda e China (quando o país asiático oferecer reciprocidade).

As recomendações sobre a entrada de viajantes de outros países devem continuar sendo revisadas de acordo com a situação epidemiológica de cada um, afirmou a Comissão (Poder Executivo do bloco).

No caso de viagens essenciais, passageiros de ou-

tros países precisam cumprir as exigências específicas de cada Estado, como necessidade de passaporte com determinada validade, visto, seguros de saúde etc.

No caso de cidadãos europeus ou residentes que tenham se vacinado fora da Europa, esse certificado de vacinação deverá ser validado no país em que ele mora para que ele também possa ter o chamado Certificado Verde Digital.

Hoje, viajantes na UE precisam apresentar vários documentos, como atestados médicos, resultados de testes ou declarações, sem padronização única.

Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Máquinas, computadores e celulares têm tarifas reduzidas em 10%



A partir da próxima semana, bens de capital e equipamentos de informática e telecomunicações comprados no exterior pagarão 10% a menos de Imposto de Importação para entrarem no país. A medida foi aprovada ontem (17) em reunião do Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Camex).

Os bens de capital são máquinas e equipamentos usados na produção. Em nota, o Ministério da Economia informou que a medida vai reduzir custos e aumentar a competitividade de diversos setores da economia e beneficiar os consumidores, que pagarão menos para comprar itens como computadores e

celulares. Por causa da desvalorização do real no último ano, esses produtos tiveram alta considerável de preços no país.

Ao todo 1.495 produtos, incluídos os subtipos, tiveram a alíquota de importação reduzida. Por envolver bens de capital e bens de informática e de telecomunicações, a medida não dependeu de negociação com os demais parceiros do Mercosul. Como a mudança ocorreu num imposto regulatório (usado para regular a economia), o governo não precisa elevar outros impostos ou cortar gastos para compensar a perda de arrecadação, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal para os demais tipos de tributos.

Atualmente, as tarifas de importação desses produtos variam de zero a 16% para

as mercadorias que pagam a tarifa externa comum (TEC) do Mercosul. Com a redução, uma máquina que paga 10% de imposto para entrar no país pagará 9%. Um eletrônico tarifado em 16% passará a ser tarifado em 14,4%. Os itens tarifados em 2% terão redução maior e terão a alíquota zerada. Segundo o Ministério da Economia, a medida diminui a burocracia e facilita a vida dos importadores e dos consumidores.

O Ministério da Economia detalhou algumas reduções. Os celulares e computadores do tipo laptop terão o Imposto de Importação reduzido de 16% para 14,4%. No caso de equipamentos médicos de raio-X e microscópios ópticos, a alíquota passará de 14% para 12,6%.

Wellton Máximo/ABR

Ministério da Economia eleva projeções para a inflação em 2021



O Ministério da Economia manteve a projeção de crescimento para o PIB (Produto Interno Bruto) em 3,2% em 2021, apesar do avanço da pandemia de Covid-19 e da perspectiva de novos fechamentos de atividades. Já as projeções para a inflação subiram.

Os números foram divulgados nesta quarta-feira (17) pela Secretaria de Política Econômica e atualizam as projeções feitas pela última vez em novembro de 2020 pela pasta.

Os técnicos afirmam que as incertezas são elevadas com os desafios de enfrentamento à pandemia, mas

Após ano de prejuízos e reinvenções, empresário encara novo round de luta

O pequeno empresário chega a um ano da pandemia, declarada no começo de março de 2020, com o caixa baixo, acúmulo de funções no negócio e a tarefa de continuar transformações para sobreviver ao momento mais preocupante da Covid-19 no Brasil.

Desde fevereiro, o dentista Fábio Masson, 42, à frente do Centro Odontológico Sorriso.com, em Santo André (ABC), tem observado uma retração da clientela, depois de ter registrado uma alta na procura no fim do ano passado.

“Diminuí muito minha margem de lucro por causa da inflação, mas, ainda assim, o cliente não vem. É uma situação propícia para quebrar. O estresse é grande, é difícil dormir à noite”, diz.

Com a crise, o empresário teve de demitir metade da equipe. Mesmo acumulando funções, começou a fazer

um curso de redes sociais. “É um investimento e uma tarefa a mais em uma rotina já conturbada. Mas tenho a clínica há 17 anos, e hoje só o boca a boca não é mais suficiente. A pandemia nos ensinou isso rapidamente”, diz.

Além de preparar conteúdo para as redes sociais, ele uma planeja uma estratégia para começar com anúncios pagos, com o intuito de conquistar novos pacientes.

Após um ano da migração para o digital, os empresários agora têm de aprender a usar recursos online em todo seu potencial, diz Rafael Moreira, economista do Sebrae. Isso significa avançar em campanhas feitas pela internet, aumentar presença em marketplaces e explorar ferramentas como o CRM (Gestão de Relacionamento com o Cliente, em português), usado na venda virtual em maior escala.

Márcia Miraglia/Folhapress



que indicadores no primeiro bimestre apontam continuidade da recuperação da atividade econômica.

O indicador está alinhado ao esperado pelo mercado, que tinha uma projeção para o PIB mais alta do que a do governo e reduziu as expectativas recentemente.

De acordo com o boletim Focus (que traz projeções de analistas compiladas pelo Banco Central), o crescimento esperado de 3,43% há quatro semanas caiu para 3,26% há uma semana e baixou para 3,23% no boletim da última segunda-feira (15).

O PIB caiu 4,1% no ano passado.

O Ministério também atualizou os dados esperados para a inflação, com aumento em todos os indicadores.

A projeção para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) subiu de 3,23% para 4,42%. A estimativa para o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) subiu de 3,2% para 4,27%.

A projeção para o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) saiu de 4,38% para 5,06%. Esse índice tem uma abrangência maior do que apenas o consumidor final, englobando também o setor atacadista.

Fábio Pupo/Folhapress

Política

Deputados derrubam nove vetos a nove projetos de lei



A Câmara dos Deputados derrubou nesta quarta-feira (17), em sessão do Congresso Nacional, vetos do presidente Jair Bolsonaro a nove projetos de lei. Essa medida foi possível após acordo entre líderes partidários e governo. Em virtude da pandemia de covid-19, as sessões estão funcionando por etapas e os senadores ainda precisam confirmar a decisão pelos vetos.

Também foi derrubado o veto presidencial a trechos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor. Com os trechos restituídos pelos parlamentares, caem restrições a repasses da União para municípios com até 50 mil habitantes hoje inadimplentes.

Também poderão ser repassados recursos para construção, ampliação ou conclusão de obras por entidades do setor privado.

Deputados derrubaram ainda o veto ao projeto de lei que concede indenização aos profissionais da linha de frente de combate à covid-19. O texto prevê indenização de R\$ 50 mil para os profissionais que ficaram permanentemente incapacitados após a doença.

A proposta havia sido vetada integralmente pelo presidente Jair Bolsonaro. Segundo o presidente, a lei de repasse de recursos para os estados e municípios enfrentarem o período de pandemia proíbe a concessão de be-

nefícios indenizatórios para agentes públicos.

Os deputados restauraram o dispositivo do pacote anticrime que triplica as penas de crimes contra a honra cometidos ou divulgados pelas redes sociais, vetado por Bolsonaro em dezembro de 2019. Na ocasião, 25 itens do projeto foram vetados.

Parlamentares restituíram trecho que considera válida, para defesa, a gravação ou escuta realizada por um dos interlocutores sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público. Foi retomada também a pena de crime qualificado para o homicídio praticado com arma de fogo de uso restrito ou proibido, como fuzis.

Helôisa Cristaldo/ABR

Cesta básica fica 33% mais cara sob Bolsonaro, e lista de compras encolhe



Nos dois primeiros anos de governo Jair Bolsonaro, a capacidade de compra do brasileiro assalariado encolheu. Entre o início deste ano e o mesmo período em 2019, o preço da cesta básica de alimentos subiu 32,56%.

Com R\$ 100 em janeiro de 2019, o consumidor saía do supermercado com 11 produtos básicos, como arroz, feijão, açúcar e café e ainda poderia levar um quilo de carne de primeira, pão francês e queijo muçarela. Até um pacote de biscoito recheado poderia entrar no carrinho.

Em abril de 2020, quando o auxílio de R\$ 600 começava a ser pago, os preços já estavam mais al-

56% dizem que Bolsonaro não tem condição de liderar o país, diz Datafolha

Em meio ao momento mais agudo da pandemia da Covid-19 no Brasil, cresceu para 56% o número de brasileiros que consideram o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) incapaz de liderar o país.

Foi o que aferiu o Datafolha em pesquisa realizada nos dias 15 e 16 de março, na qual foram ouvidas 2.023 pessoas por telefone em todo o país. A margem de erro do levantamento é de dois pontos percentuais, para mais ou menos.

Em 21 e 22 de janeiro, 50% dos entrevistados haviam dado essa resposta. O número dos que consideram Bolsonaro capaz de liderar foi de 46% para 42%, oscilação negativa no limite da margem de erro, de lá para cá. Não souberam responder 3%, ante 4% no começo do ano.

O Brasil conta 280 mil mortos e uma taxa de infecção acelerada, impacto das novas variantes mais transmissíveis do Sars-CoV-2, que pressiona os limites do sistema de saúde. A campanha de vacinação

ainda engatinha, com menos de 5% da população tendo recebido ao menos uma dose de imunizante.

No campo econômico, a ameaça inflacionária incipiente, a alta do dólar e a demora na retomada de algum auxílio emergencial após a extinção do benefício no fim de 2020 trazem mais dificuldades para o Planalto.

Nesse cenário, o Datafolha apontou Bolsonaro sendo mal avaliado. Seu manejo da pandemia é visto como ruim ou péssimo por 54%, e 43% o culpam pelo estágio atual da crise sanitária.

Nesta semana o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, está passando o cargo para o médico Marcelo Queiroga. É o quarto titular da pasta no governo.

Isso puxou a rejeição geral a seu governo para os maiores índices desde que ele assumiu, em 2019. Segundo o Datafolha, 44% dos brasileiros consideram o presidente ruim ou péssimo.

Igor Gielow/Folhapress



tos, e isso exigiu que o consumidor fizesse escolhas.

Com esses mesmos R\$ 100, a carne de primeira teve de ser cortada. No lugar, entrou o frango resfriado. Assim, manteve o mesmo número de itens, mas precisou escolher uma proteína mais em conta.

Quase um ano depois, o paulistano consegue, com os mesmos R\$ 100 no bolso, levar mais itens para casa, mas terá de abrir mão das quantidades e fazer mais substituições.

Os 5 kg de arroz terão de ser trocados por 3 kg. O biscoito recheado já não entrará na cesta de compras, e o quilo da muçarela será cortado pela metade. Com as reduções, ele conseguirá manter a compra do frango e levar macarrão e

extrato de tomate.

O governo deve retomar os pagamentos do auxílio em abril, mas em valor inferior. Em média, será de R\$ 250. Com esse dinheiro, o beneficiário conseguirá comprar, em São Paulo, cerca de 39% de uma cesta completa de alimentos. Na capital paulista, ela custou, em média, R\$ 639,47.

Hoje, o brasileiro gasta em média mais da metade (54,23%) do salário mínimo líquido para comprar a cesta básica. Na cidade de São Paulo, que detém o segundo maior preço pelo conjunto de produtos, o percentual de comprometimento chega a 62,85%.

Fernanda Brigatti/Folhapress

Setor produtivo vê precipitação em alta forte dos juros



O risco de estouro da meta de inflação deste ano entrou no radar dos investidores. Na avaliação de muitos economistas, no entanto, o repique dos índices de preços ao consumidor é temporário e não demanda uma ação do Banco Central neste momento de incertezas sobre os impactos da pandemia na economia brasileira.

A preocupação com a alta de juros se dá principalmente no setor produtivo, que vê riscos de uma piora na situação financeira de empresas e famílias, inclusive com risco de aumento da inadimplência e cortes de investimentos.

O boletim Focus do BC publicado nesta semana mostra que as projeções dos economistas consultados são de um IPCA (índice oficial de inflação) de 4,60% neste ano. Entre as cinco instituições com maior percentual de acerto nas projeções, a estimativa é de 5,12%. A meta de inflação é de 3,75%, com intervalo de tolerância de até 5,25%.

Nesta quarta (17), o Copom (Comitê de Política Monetária) discute a elevação da Selic, atualmente em 2% ao ano. A expectativa majoritária no mercado é de uma alta para até 2,75%, chegando a 4,5% no fim do ano.

“Se o BC é independente de verdade, não precisa dar

satisfação ao mercado. Aumentar muito os juros agora é desnecessário. A inflação vai cair. Pode subir 0,25 [ponto percentual] agora, esperar e, talvez mais 0,25 depois para mostrar que está atento à inflação”, afirma Carlos Thadeu de Freitas, chefe da Divisão Econômica da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo).

Para o economista, que já foi diretor do BC, é provável que o IPCA fique próximo de 5% neste ano, mas a expectativa é de queda em 2022, em um cenário em que a inflação de serviços continuará baixa por conta da falta de demanda.

Eduardo Cucolo/Folhapress

Protocolo do SESI traz novas estratégias para empresas enfrentarem a pandemia



Qual o passo a passo para rastreamento e isolamento mais rápido de casos expostos à covid-19? Como gestores podem participar do processo de detecção precoce de casos? As respostas a essas novas questões para o enfrentamento da pandemia estão no Protocolo de Gestão Segura e Saudável das atividades produtivas em tempos de Covid-19 nas Empresas, elaborado e disponibilizado gratuitamente pelo Serviço Social da Indústria (SESI).

O novo guia atualiza o protocolo lançado pelo SESI em 2020, com recomendações e melhores práticas referendadas por órgãos nacionais e internacionais de saúde. A principal novidade da edição

Para 9 em cada 10 brasileiros, indústria forte deve ser prioridade

A pesquisa Retratos da Sociedade Brasileira: indústria brasileira na visão da população, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostra que nove em cada dez brasileiros concordam totalmente ou em parte que ter uma indústria forte deve ser prioridade para o país.

E outro dado aponta a mesma conclusão: para 84% dos entrevistados, “ter uma indústria fraca é ruim para a população do país”. Foram ouvidas 2002 pessoas, entre 5 e 8 de dezembro de 2020.

A percepção de 97% da população é que, para a economia do Brasil crescer, é necessário que a indústria também cresça e 94% concordam totalmente ou em parte que o Brasil precisa investir mais em sua indústria.

De acordo com o presidente da CNI, Robson Braga

de Andrade a pesquisa reflete o sentimento da população sobre uma realidade: não existe país forte sem indústria forte.

Praticamente a totalidade dos brasileiros considera a indústria importante para o desenvolvimento econômico. Entre os entrevistados, 98% acreditam que a indústria é importante ou muito importante para a criação de empregos, 96% acreditam que a indústria é importante para o crescimento econômico, 95% para a melhoria do padrão de vida e 93% para a inovação.

A indústria foi eleita pela população, em conjunto com a agropecuária, como os setores mais importantes para o crescimento econômico do Brasil. A indústria foi escolhida como o setor mais importante por 24% dos brasileiros, enquanto a agricultura foi mencionada por 22%.

Portal da Indústria



são as medidas de rastreamento e isolamento rápido de pessoas que tiveram contato com casos confirmados de Covid-19. Elas são inspiradas em método usado nas décadas de 1980 e 1990 para combater doenças transmissíveis por vias aéreas, como sarampo e varíola.

Segundo Katyana Aragão, gerente-executiva de Saúde e Segurança na Indústria do SESI, a metodologia está sendo adotada por empresas em todo mundo para controlar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho.

“A proteção aos trabalhadores da indústria, que é uma atividade essencial, precisa ser reforçada neste cenário de aumento de casos e mortes por covid-19, surgimento de cepas novas e processo de

vacinação ainda incipiente”, assinala Katyana.

Entre as condições para uma pessoa ser considerada um “contactante” - aqueles que tiveram contato com casos confirmados de covid-19 - são: haver tido contato físico direto, como aperto de mãos e manuseio de objetos comuns, e estado a menos de um metro de distância de pessoas contaminadas, por um período mínimo de 15 minutos.

Profissionais de saúde que prestaram assistência em saúde a pessoas com covid-19 sem equipamentos de proteção individual e pessoas com contato com caso confirmado no ambiente doméstico também são considerados contactantes.

Portal da Indústria

Bitcoin

IR 2021: saiba como declarar bitcoin e outras criptomoedas



Quem comprou bitcoins em 2020 ou qualquer outro criptoativo precisa informar na declaração do imposto de renda. Neste ano, para facilitar o processo ao contribuinte, a Receita Federal criou até códigos específicos na ficha de “Bens e Direitos”: 81, no caso de bitcoins; 82 para outros criptoativos, como ethereum (ETH), ripple (XRP), bitcoin cash (BCH), tether (USDT), chainlink (LINK), litecoin (LTC); e 89 para tokens que não sejam considerados criptomoedas.

Santos orienta que a declaração é feita em reais, e o valor a ser informado é o preço de custo da moeda. Quem comprou bitcoin em 2019 ao custo, por exemplo, de 10.000 reais, deve continuar informando esse valor, mesmo que o ativo agora já tenha valor de 50.000 reais.

Na ficha “Bens e Direitos”, o contribuinte deve selecionar o código adequado e, no espaço para descrição, preencher a data da compra, os dados do vendedor ou da Exchange (corretora de criptoativos) com CPF ou CNPJ, seguindo o modelo: “x unidades de bitcoin adquiridas em dd/mm/aa em negociação junto à Exchange XYZ (CNPJ tal)”.

O acerto de contas com o Leão deve ser feito até mesmo por aqueles que compraram criptoativos no ano passado e venderam antes de dezembro.

“A orientação da Receita Federal é no sentido de que sejam declarados todos os criptoativos cujo custo de aquisição tenha sido superior a 1.000 reais. No caso, o valor do bem será igual a zero tanto no início quanto no final do respectivo ano-calendário, mas da descrição constarão informações relevantes sobre

as operações de aquisição e de venda”, esclarece o advogado tributarista.

O CEO da BitcoinTrade, Bernardo Teixeira, alerta, no entanto, que as pessoas que fizeram movimentação maior do que 35.000 reais em um mês também estão obrigadas a realizar uma declaração mensal para aferir os lucros e pagar o imposto sobre rendimentos até o último dia útil do mês seguinte.

Caso o investidor tenha tido prejuízo, ele deverá preencher devidamente a ficha “Bens e Diretos”, mas não será necessário preencher o programa específico para a apuração do ganho de capital. Em caso de lucro, após a importação dos dados do programa utilizado para a apuração do ganho de capital, as informações são preenchidas automaticamente no IRPF 2021.

Bitcoin bateu novo recorde e atingiu US\$ 60 mil

O bitcoin atingiu recorde histórico neste sábado (13), ultrapassando o patamar de US\$ 60 mil pela primeira vez — o equivalente a R\$ 333,8 mil.

Às 16h (horário de Brasília), o bitcoin era cotado a US\$ 60,174.92, em alta de 5,10%. Em 21 de fevereiro, a criptomoeda havia registrado seu segundo maior recorde: US\$ 58.354,14.

Segundo analistas, a criptomoeda está subindo por conta da iminente chegada de recursos dentro plano de estímulo norte-americano assinado por Biden, que aumentará as chances de investidores adquirirem bitcoins.

Apesar da onda de aceitação popular neste ano, alguns analistas alertaram que

o bitcoin ainda está longe de se tornar uma forma de pagamento amplamente usada.

O bitcoin aumentou oito vezes desde março do ano passado e agregou mais de US\$ 700 bilhões em valor de mercado desde setembro. O JPMorgan questionou a magnitude do salto na esteira de um fluxo total de apenas US\$ 11 bilhões oriundos de investidores institucionais.

O número limitado de bitcoins — baseado em mineradores produzindo um certo número de novas moedas — levou detentores a cobrar um prêmio por bitcoin que levam ao mercado, disseram analistas do JPMorgan. Os fluxos de varejo também podem ter ampliado os fluxos institucionais, disseram.

G1



O jogo agora é outro: os gigantes estão entrando em criptomoedas



A partir de abril, o Morgan Stanley será o primeiro dos grandes bancos americanos a oferecer a seus correntistas da área de wealth management a opção de investir em fundos de bitcoin.

A instituição, que possui US\$ 4 trilhões em ativos sob gestão na área de wealth management, anunciou em um memorando interno que vai dar acesso a três fundos da criptomoeda.

Dois são da Galaxy Digital, do bilionário Mike Novogratz, e o terceiro é um fundo conjunto da gestora FS Investments e da companhia de bitcoin NYDIG. O anúncio oficial deve ser feito em breve, segundo o site da CNBC, que publicou

a notícia com exclusividade.

Nem todos os correntistas do Morgan Stanley poderão investir em bitcoin neste primeiro momento. O serviço é restrito apenas aos clientes com mais de US\$ 2 milhões em ativos e uma “agressiva tolerância ao risco”. E o limite de investimento é de 2,5% do total de ativos.

O CEO do Morgan Stanley, James Gorman, já via os criptoativos com interesse há alguns anos. Em 2017, afirmou que não havia investido em bitcoin ainda, mas sabia que o ativo não era apenas uma moda passageira. “É uma consequência natural de toda a tecnologia de blockchain”, afirmou, na ocasião.

Naquela época, outros figuras de Wall Street, como

Ray Dalio, viam bitcoin como uma bolha. Em 2017, a criptomoeda valia “apenas” US\$ 14 mil.

Por enquanto, Goldman Sachs, J.P. Morgan Chase e Bank of America, os outros bancos americanos, não oferecem investimentos em criptomoedas. A opção é buscar corretoras especializadas nesse tipo de ativo, como a Coinbase, que está prestes a abrir o capital.

Essas instituições tradicionais ainda veem as criptomoedas com receio. Michael Hartnett, estrategista-chefe de investimentos do Bank of America, afirmou em janeiro deste ano que bitcoin parece “a mãe de todas as bolhas”.

Neofeet

Moedas Globais: dólar cai ante rivais, após decisão monetária do Fed



O dólar operou em baixa perante a maioria das moedas nesta quarta, 17, movimento guiado pela decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed) e a coletiva de imprensa do presidente da autoridade, Jerome Powell, reforçando uma postura dovish, e manutenção de juros baixos até pelo menos 2023. A posição impulsionou a busca por ativos de riscos no mercado, e levou a moeda americana, considerada reserva de segurança, a se desvalorizar.

O índice DXY, que mede a variação da moeda dos Estados Unidos ante uma cesta de seis rivais fortes, fechou em baixa de 0,43%, a 91,442 pontos. Segundo principal componente do índice, o iene se valorizou perante o dólar, que era cotado a 108,84 ienes no final da tarde em Nova York. Nos próximos dias, a decisão do Banco do Japão (BoJ) de política monetária recebe a atenção dos investidores.

O DXY chegou a operar em alta, mas teve a tendência revertida após a decisão do Fed. Em relatório, o ING destaca o crescente otimismo demonstrado pelo banco central. “A mensagem continua sendo a de que o Fed fará tudo o que for preciso para garantir que a recuperação econômica aconteça e também será paciente antes de remover os estímulos”.

Na coletiva de imprensa após a decisão, o presidente

do Fed, Jerome Powell, minimizou os temores de descontrolado inflacionário, que nas últimas semanas vêm impulsionando os retornos de títulos públicos. Rendimentos maiores dos títulos da dívida americana tendem a tornar o dólar mais atrativo.

No Reino Unido, as atenções se voltam à decisão do Banco da Inglaterra (BoE), marcada para amanhã, quando é esperado que se “mantenha as taxas de juros baixíssimas, um pouco acima de zero”, de acordo com a Western Union. “A chave para a libra é se o banco central parece mais otimista com as perspectivas econômicas do que cauteloso com o panorama de curto prazo”, projeta a consultoria sobre as possibilidades da moeda britânica. Ontem, a libra se fortaleceu ante ao dólar, e era cotada a US\$ 1,3972 no final da tarde.

Na zona do euro, a publicação do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) em linha com a marcação anterior teve impacto pequeno na moeda comum. Ainda assim, a Capital Economics estima que, para o restante de 2021, “maior inflação no setor de energia e a redução de distorções relacionadas à pandemia” irão empurrar o nível de preços na zona do euro para mais de 2% ao ano. Ao final da tarde, o euro se fortalecia perante o dólar, e era cotado a US\$ 1,1985.

IstoÉDinheiro

Brassinter S/A Indústria e Comércio – CNPJ nº 56.994.460/0001-37

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária
Ficam convidados os senhores acionistas da Brassinter S/A Indústria e Comércio, a se reunirem em AGO, no dia 20/04/2021 às 10h, na sede social da companhia, Avenida Das Nações Unidas, 21344-SP/SP, para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: 1º Relatório da Administração, balanço e contas do exercício findo em 31/12/2020; 2º Eleição da Diretoria; 3º Fixação de honorários da Diretoria. Açam-se a disposição dos acionistas, na sede da companhia, as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31/12/2020. São Paulo, 17 de março de 2021.
José Roberto Torres – Diretor Presidente. (18, 19 e 20/03/2021)

BRL Securitizadora S/A

(CNPJ em Constituição)
Ata da Assembleia Geral da Constituição realizada em 19 de janeiro de 2021
1. **Data, Hora e Local:** 19/01/2021, às 11h00, na sede social. 2. **Presença e Convocação:** Bruno Carvalho Leite, RG nº 32.707.101 SSP/SP, CPF nº 304.007.788-07; e Everson Guilherme de Lima, RG nº 30.637.123 SSP/SP, CPF nº 283.512.698-83, ambos na qualidade de subscritores do capital social da empresa ora constituída. 3. **Mesa:** Bruno Carvalho Leite – Presidente; Everson Guilherme de Lima – Secretário. 4. **Ordem do Dia:** (i) constituir uma sociedade anônima, de capital fechado, com a denominação de “BRL Securitizadora S/A”. 5. **Deliberações:** (a) O Presidente informou aos presentes que a presente Assembleia tinha por finalidade a constituição de uma sociedade anônima, de capital fechado, cuja denominação será “BRL Securitizadora S/A”, sendo o seu capital social de R\$ 20.000,00, distribuídos em 20.000,00 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, ficando R\$ 20.000 subscritos e R\$ 2.000,00 integralizados neste ato, com o restante a ser integralizado no período de até 30 dias, a contar do arquivamento desta ata na JUCESP; Tal proposta foi aprovada pela unanimidade dos subscritores presentes, conforme boletim de subscrição do Anexo II desta ata. (b) A seguir o Presidente informou que o boletim de subscrição e o projeto de estatuto social, bem como o recibo de depósito de 10% do valor do capital social integralizado em banco comercial, nos termos do Ato Declaratório CVM nº 2, de 03/05/1978, encontram-se sobre a mesa da assembleia a disposição de todos os presentes, para a devida conferência. (c) Dando sequência aos trabalhos o Presidente solicitou ao Secretário que procedesse com a leitura do projeto do Estatuto Social da Sociedade ora constituída, tendo sido o mesmo posteriormente colocado para apreciação dos presentes. Como ninguém se pronunciou, foi o projeto estatutário colocado em votação, tendo sido o estatuto aprovado por unanimidade, passando ter a redação constante do Anexo I desta ata. (d) Constatada a observância de todas as formalidades legais, o Presidente declarou definitivamente constituída a “BRL Securitizadora S/A” para todos os efeitos de direito, determinando que se procedesse em seguida a eleição dos membros da Diretoria e ainda, a fixação dos seus honorários. (e) Por conseguinte, foram eleitos por unanimidade os seguintes membros da Diretoria: para o cargo de Diretor Presidente, o Bruno Carvalho Leite, já qualificado acima e para o cargo de Diretor Vice-Presidente, o Everson Guilherme de Lima, já qualificado acima, os quais tomaram posse, conforme Anexo III desta ata. (f) Os eleitos tomarão posse de seus cargos mediante a aposição de suas assinaturas em termo a ser lavrado em livro próprio, tendo o mandato a duração de três anos, com início em 19/01/2021 e término em 18/01/2024. Os membros da Diretoria eleitos declararam, mesmo antes da eleição, estarem cientes dos requisitos previstos no Artigo 147 da Lei 6.404/76 (Lei das S.A.). Ato contínuo, o Presidente submeteu a apreciação da assembleia a definição da inexistência de remuneração dos Diretores no primeiro ano de constituição da companhia. (g) Por último, e por orientação do Presidente, os presentes autorizaram a realização e confecção de todos e quaisquer atos e/ou documentos necessários para a implementação do ora deliberado, sendo a Companhia representada pelos dois diretores, isoladamente, para todos os atos de registros em Órgãos públicos e estabelecimentos bancários. 6. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 19/01/2021. Assinaturas: Mesa: Bruno Carvalho Leite – Presidente; Everson Guilherme de Lima – Secretário. Advogado(a): Helder Alexandre Leandro de Lira – OAB/SP nº 327.984. JUCESP – Registrado sob o NIRE 3530056477-4 em 15/02/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Athena Saúde Espírito Santo Holding S.A.

CNPJ/ME nº 27.059.426/0001-77 – NIRE 35.300.500.989
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os senhores Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 31/03/2021, às 18h, de modo exclusivamente digital, com participação por meio de sistema eletrônico a ser oportunamente informado, a fim de deliberarem acerca da seguinte Ordem do Dia: (i) devido à potencial realização, sujeita às aprovações regulatórias e condições de mercado, de uma Oferta Pública de Ações da Athena Saúde Brasil S.A. (“Athena Brasil”), Controladora da Athena Healthcare Holding S.A. (“Athena Healthcare”), o que nos termos da Cláusula 12.1.1(i) do Acordo de Acionistas da Companhia (“Acordo de Acionistas”), configura-se um potencial Evento de Liquidez (“IPO Athena”), apresentar aos Acionistas Fundadores da Companhia (identificados no Anexo 1 ao Acordo de Acionistas), as duas opções que eles terão, descritas abaixo, diante da realização do IPO Athena. Após a apresentação das opções, os Acionistas Fundadores presentes na Assembleia Geral Extraordinária deverão informar à Companhia qual será sua escolha dentre as opções que lhes foram apresentadas. (a) Opção 1: “Opção de Venda Simples”: os Acionistas Fundadores terão uma opção de venda pura e simples das ações da Companhia de titularidade dos Acionistas Fundadores (“Opção de Venda Simples”). A Opção de Venda Simples é outorgada pela Athena Healthcare Holding S.A., por ato de liberalidade, inexistindo obrigação contratual nesse sentido, inclusive, mas não somente, no Acordo de Acionistas; e (b) Opção 2: “Opção de Venda”: Evento de Liquidez: nos termos do Capítulo 12 do Acordo de Acionistas, foi concedido aos Acionistas Fundadores uma Opção de Venda – Evento de Liquidez no caso de realização de uma Oferta Pública de ações da Controladora da Athena Healthcare, exatamente o caso devido à realização do IPO Athena, observado que, nos termos da Cláusula 12.1, o exercício da Opção de Venda – Evento de Liquidez dependerá da aprovação, por pelo menos, Acionistas Fundadores que sejam titulares das maioria das participações societárias detidas pelos Acionistas Fundadores nesta data. (ii) a eleição e reeleição de membros, conforme o caso, para compor o Conselho de Administração da Companhia. Os principais termos e condições da Opção de Venda Simples e da Opção de Venda – Evento de Liquidez serão apresentados aos Acionistas Fundadores e encontram-se detalhados na Comunicação de Evento de Liquidez – Opção de Venda Simples encaminhada aos Acionistas Fundadores. **Informações Gerais.** De acordo com as disposições da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 (“Lei das S.A.”), e da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14/04/2020 (“IN DREI 79”), a Companhia realizará a Assembleia Geral Extraordinária de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico a ser oportunamente informado, sem a possibilidade de comparecimento físico. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no artigo 654 §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/2002 (“Código Civil”), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Os documentos e informações relativos à matéria a ser deliberada na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, para fins de consulta. São Paulo, 17/03/2021. **Ricardo Leonel Scavazza** – Presidente do Conselho de Administração. (17, 18 e 19/03/2021)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco e

Conheça nossas vantagens

comercial
@datamercantil.com.br

Para a versão
online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com.br

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC - R\$
5,6573 / R\$ 5,6579 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,5840 / R\$ 5,5860 *
Turismo - R\$ 5,5800 /
R\$ 5,7570

(*) cotação média do
mercado

(**) cotação do Banco
Central

Variação do câmbio livre
mercado
no dia: -0,53%

OURO BM&F
R\$ 311,500

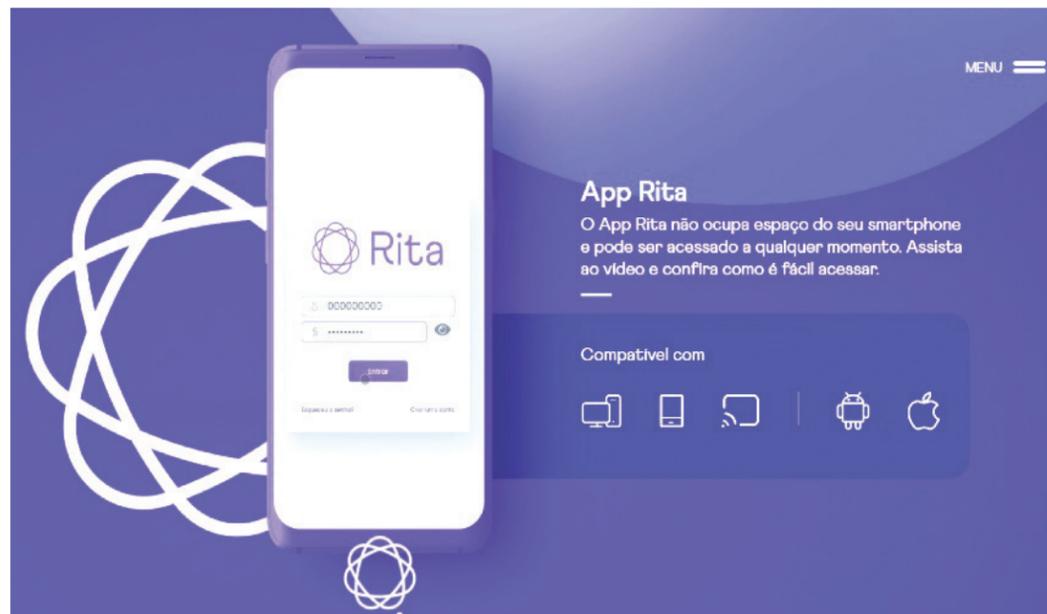
BOLSAS

B3 (Ibovespa)
Variação: 2,22%
Pontos: 116.549
Volume financeiro: R\$
47,919 bilhões
Maiores altas: Sul Amé-
rica UNT (9,87%), JHSF
ON (7,62%), Cosan ON
(7,37%)
Maiores baixas: Hapvi-
da ON (-2,39%), Notre
Dame Intermédica ON
(-1,43%), Eneva ON
(-0,95%)

S&P 500 (Nova York):
0,29%
Dow Jones (Nova York):
0,58%
Nasdaq (Nova York):
0,40%
CAC 40 (Paris): -0,01%
Dax 30 (Frankfurt):
0,27%
Financial 100 (Londres):
-0,60%
Nikkei 225 (Tóquio):
-0,02%
Hang Seng (Hong Kong):
0,02%
Shanghai Composite
(Xangai): -0,03 %
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): 0,42%
Merval (Buenos Aires):
0,54%
IPC (México): -1,09%

Negócios

Sabin lança a Rita, uma healthtech para quem não tem convênio médico



O grupo de medicina diagnóstica Sabin lança hoje, inicialmente em Brasília, um centro de saúde digital voltado para pessoas sem convênio médico. Batizada de Rita, a nova healthtech da companhia funcionará como um marketplace de saúde, agregando serviços próprios e de parceiros. A ideia é oferecer um acompanhamento contínuo dos pacientes por meio de uma plataforma de telemedicina.

“Estamos falando de um ecossistema inovador que vai oferecer saúde de forma planejada, a partir de um modelo de assistência estruturado”, afirma Lídia Abdalla, presidente executiva do Grupo Sa-

bin. “Queremos tornar saúde de qualidade mais acessível para a população e contribuir também para a sustentabilidade do setor, por meio do impacto de seus resultados.”

Uma novidade da plataforma é a possibilidade de financiar os tratamentos com crowdfunding — a famosa “vaquinha”. Para isso, os usuários do Rita poderão criar uma espécie de carteira digital, em que carregarão créditos para ser trocados por serviços de saúde. Pessoas e empresas, individualmente ou por meio de iniciativas da sociedade civil, poderão doar créditos, contribuindo para o tratamento de quem não possa pagar.

“O Rita não é um plano de saúde”, destaca Abdalla. “Nossa proposta é preencher as lacunas da assistência à saúde oferecendo um modelo de negócios que atenda de forma eficiente e prática às necessidades da população.” O centro de saúde chega ao mercado já com uma base de 60.000 clientes, oriundos de projetos sociais do Sabin. A expectativa é chegar a 1 milhão de pacientes até 2022.

No ano passado, o Sabin e seu principal concorrente, o Grupo Fleury, se uniram em um fundo de venture capital para investir em startups de saúde, as chamadas healthtechs. O fundo Kortex Ventures nasceu com um patrimônio de 200 milhões de reais. Exame

Foco de preocupação com alta de preço, material de construção tem novo aumento de vendas



Um dos mercados que têm levantado preocupação pela alta nos preços, os materiais de construção registraram mais crescimento nas vendas em fevereiro para 45% dos varejistas, segundo levantamento que a Anamaco (associação do setor) vai divulgar nesta terça (16).

Em janeiro, que é um dos piores meses neste ramo, essa percepção entre os comerciantes era de 33%.

O maior aumento nas vendas (63%) em fevereiro foi percebido pelos varejistas do Nordeste, seguidos por Sul (51%) e Centro-Oeste (49%). Norte e Sudeste foram os menos otimistas.

O varejo especializado em produtos básicos, como cimento, areia e cal, teve o

Representante de restaurantes pede que Doria tome medidas adotadas por governadores petistas

“O anúncio de redução do ICMS de leite e carne feito pelo governador de São Paulo, João Doria, nesta quarta (17), é só um recuo e não resolve o problema dos restaurantes”. A afirmação é do presidente da ANR (associação do setor), Cristiano Melles, que vem pedindo medidas ao governo do tucano para injetar recursos diretamente nos estabelecimentos.

“Ele aumentou o ICMS antes e agora está fazendo coletiva para anunciar que está baixando, como se fosse um presente para o setor. Sendo São Paulo o estado mais rico, ele deveria começar um processo de auxílio, como fizeram o Piauí e o Ceará. Tem que apoiar os funcionários

do setor, quem está na base”, afirma Melles.

O governador do Ceará, Camilo Santana (PT), anunciou neste mês uma série de medidas para os bares e restaurantes, como isenção de conta de água e IPVA, além do pagamento de um auxílio emergencial de duas parcelas de R\$ 500 aos funcionários que perderam o emprego.

O governo do Piauí, de Wellington Dias (PT), também anunciou seu projeto de auxílio de duas parcelas de R\$ 500 para os trabalhadores de bares, restaurantes e eventos, além de renegociação de tributos.

Segundo pesquisa da ANR, mais de 80% dos restaurantes não terão caixa para honrar o próximo salário de garçons e cozinheiros.

Joana Cunha/Folhapress



desempenho mais alto em fevereiro, seguido por tintas e vernizes.

A pesquisa da associação, feita na primeira semana de março, também avaliou as expectativas em relação às ações do governo nos próximos 12 meses. Em fevereiro, a parcela de otimistas caiu abaixo de 40% pela primeira vez desde o início da série, em junho de 2020. Já os pessimistas avançaram pelo segundo mês consecutivo, chegando a 34%.

Desde que o governo João Doria apertou as restrições de circulação a partir desta semana para conter a Covid no estado, retirando o varejo de produtos para construção da lista de essenciais, a Anamaco ainda não fez nenhum gesto oficial para tentar reverter a medida, diferentemente do

ano passado, quando conseguiu liberação para manter as lojas abertas.

Mas a insatisfação é grande. Waldir Abreu, superintendente da entidade, diz que, mesmo liberado para delivery e drive thru, o varejo perde faturamento.

“Loja tem que estar aberta, mantendo protocolo, porque o consumidor quer ver o produto, definir com o vendedor. Por isso é importante ser entendido o lado de atividade essencial. Senão, o setor de varejo de material de construção não consegue cumprir a missão corretamente, que é atender as necessidades do consumidor. Restrição de horário se ajusta, mas fechamento de loja prejudica demais o setor”, afirma.

Joana Cunha/Folhapress